

Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inquéritos folclóricos na formação cultural e política da nação

Monteiro Lobato, Juan P. Ramos and the Role Played by Folkloric Enquiries in the Cultural and Political Nation Building

GABRIELA PELLEGRINO SOARES

Departamento de História

Universidade de São Paulo

Rua do Lago 717, CP 26097, Butantã, São Paulo, SP, 05.508-900, Brasil

gpellegrino@usp.br

RESUMO Este artigo visa analisar as perspectivas e ações de dois intelectuais latino-americanos, nos anos 1910 e 1920, voltadas a questões do nacional e da “cultura popular”. Trata-se, por um lado, do escritor Monteiro Lobato, mentor do chamado “Inquérito do saci” realizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1917, junto a seus leitores. Por outro, do argentino Juan P. Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação durante o primeiro governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922), responsável pela realização, em 1921, da chamada “Encuesta Láinez”.

PALAVRAS-CHAVE inquéritos, folclore, nação

ABSTRACT This article aims at analyzing the perspectives and actions of two Latin American intellectuals, in the years 1910 and 1920, concerning issues of nation and “popular culture”. On one hand, it refers to the Brazilian writer Monteiro Lobato, who idealized the “Saci” Enquiry developed by the newspaper *O Estado de S. Paulo*, in 1917, among its readers. On the other

Recebido: 27 de fevereiro de 2015 | Aprovado: 2 de abril de 2015

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000200006>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 423-448, mai/ago 2015

hand, to the Argentinean Juan P. Ramos, member of the National Council for Education during Hipólito Yrigoyen's first government (1916-1922), and responsible for the so called "Encuesta Láinez" in 1921.

KEYWORDS enquiries, folklore, nation

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar, comparativamente, relações estabelecidas por dois intelectuais latino-americanos com os temas do nacionalismo e da democracia nos anos 1910 e 1920, privilegiando suas perspectivas e ações voltadas à "cultura popular". Refiro-me, por um lado, ao escritor Monteiro Lobato, mentor do chamado "Inquérito do saci" realizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1917, junto a seus leitores. Os depoimentos que o jornal publicou em partes, recebidos de diferentes regiões do Brasil, foram em seguida reunidos por Lobato em livro. Por outro lado, refiro-me ao intelectual argentino Juan P. Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação durante o primeiro governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922).

Em 1921, Juan P. Ramos concebeu a realização de um inquérito, conhecido como "Encuesta Láinez", que levou os professores das escolas rurais das províncias da Federação a coletar testemunhos de idosos sobre as tradições folclóricas. Os resultados enviados pelos professores a Buenos Aires, hoje parte acervo do *Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, prestaram-se a estratégicos usos simbólicos e identitários.

O texto pretende discutir as motivações históricas, culturais e políticas que guiaram intelectuais vinculados a instâncias institucionais chave em seus países naquele contexto, na busca por capturar, organizar e difundir repertórios culturais populares. Trata-se, finalmente, de avaliar como esses projetos se articularam com suas visões sobre a democracia e a nação.

Começará, entretanto, recuperando algumas tônicas mais gerais das dinâmicas de construção identitária na América Latina contemporânea.

MODERNIDADE, IDENTIDADES E IMAGINÁRIO

A partir das independências, o horizonte liberal de fundação de ordens políticas “estáveis” e “civilizadas” – republicanas desde o início, no tocante à América Espanhola, e no Brasil apenas mais tardiamente –, trazia consigo o desafio de consolidar o Estado sobre o território nacional e em face das nações estrangeiras, de forjar um repertório imaginário capaz de afirmar a nação, de educar o povo para o trabalho e para a cidadania.¹ Um horizonte em que a construção da nação se entrelaçava à da modernidade e à modernização, e ao inevitável diálogo com os referenciais civilizatórios emanados pelos impérios europeus.

À luz dos modelos escolhidos, a realidade dos jovens Estados em formação com frequência pareceu pálida e distorcida àqueles que procuravam representá-la e compreendê-la. Ao longo do século XIX, prevaleceram os diagnósticos pessimistas sobre os territórios recém-emancipados e seus habitantes, ao mesmo tempo em que se buscavam os caminhos para suplantar a “barbárie”. As assimetrias que marcavam o lugar das economias nacionais latino-americanas perante os impérios em expansão, em particular, a Inglaterra, corroboravam a percepção de que as desigualdades se estendiam aos demais planos da condição (pós) colonial. A França, por sua vez, parecia oferecer as chaves para uma transformação cultural e política capaz de colocar as sociedades latino-americanas em novos trilhos.

Na abordagem dos movimentos identitários apoiados sobre a referência de modelos externos, sobretudo europeus, considero chave a perspectiva apresentada por Edward Said em *Cultura e imperialismo*, quando observa os desafios enfrentados por sociedades colonizadas, a partir de sua emancipação, para “remapear e então ocupar o lugar nas formas culturais imperiais reservado para a subordinação, ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes

1 ANDERSON, 1989. Para o conceito de imaginários sociais, é referencial o já bem discutido trabalho BACZKO, 1984.

governado por uma consciência que supunha a subordinação do Outro designado como inferior. *Reinscrição*, portanto” (Said, 1995, p.266-267).

Nesse processo de *reinscrição*, as sociedades emancipadas se depa-ram com “formas já estabelecidas” ou pelo menos “permeadas pela cul-tura do império”, em tramas necessariamente complexas, lentas e tecidas nas idas e vindas da História.

Na América oitocentista, o colapso definitivo do Império Espanhol ultramarino, em 1898, com a independência de Cuba e Porto Rico, re-presentou uma inflexão importante dos processos de *reinscrição*. Como assinalou Susana Zanetti em “Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)”, o acontecimento favoreceu, nos anos que se seguiram, o estreitamento das relações culturais entre a América Hispâ-nica e sua antiga metrópole. A literatura Modernista, em particular, foi um canal importante para os movimentos de aproximação de homens e repertórios separados pelo Atlântico e pelo fim dos laços coloniais, ao mesmo tempo em que os escritores de ambas as margens mergulha-vam em reelaborações identitárias sobre o seu próprio espaço político (Zanetti, 1995, p.529).

Na perspectiva das ex-colônias, a tarefa modernista foi assumida como desafio para a formação de uma literatura “genuinamente ameri-cana” (Zanetti, 1995, p.533). Com efeito, ao longo da primeira metade do século XX, é possível ver nascer, em diferentes movimentos cultu-rais, a percepção de que a América – Espanhola, para uns, para outros Latina, ao envolver o Brasil – estava apta a desenvolver seus próprios “meridianos intelectuais”, podendo as nações que a integravam buscar inspiração e referência umas nas outras, e não apenas no Velho Mundo.² Em lugar do olhar detratador, a nova percepção sugeria representações afirmativas sobre as sociedades latino-americanas e aguçava o desejo de conhecimento mútuo.

Tal percepção, como é sabido, ensejou iniciativas de especial eferves-cência no contexto das chamadas vanguardas literárias e artísticas que

2 Referência ao debate em torno do artigo publicado por Guillermo de Torre, “Madri: meridiano intelectual da América Hispânica”, em 1927. Ver SCHWARTZ, 1995.

vicejaram em diferentes países, na década de 1920, guardando importantes desdobramentos nos anos que se seguiram (Lafetá, 2000). Escritores e artistas mergulharam em experiências que buscavam conferir formas e conteúdos próprios, locais, à produção cultural e estética. A “cultura popular”, e oral, passava a ser valorizada como fonte de inspiração para o nascimento de uma arte genuinamente nacional – ou continental, quando a ideia de América Latina delimitava as fronteiras ideológicas.³

Os manifestos, polêmicas e novas revistas que agitavam a cena artística tiveram repercussões nos domínios da política. E a valorização dos conteúdos locais e populares esteve na origem das “afinidades eletivas” entre as vanguardas (modernistas, quando em referência ao Brasil) e projetos de Estado voltados à legitimação simbólica da “cultura nacional”.⁴

Gostaria de chamar a atenção ainda, em sentido inverso, para o fato de que o movimento de despertar para as raízes culturais da nação se deu quando as principais cidades da América Latina já respiravam os ares cosmopolitas trazidos pelos imigrantes, pela escola primária pública, pelo bonde, pela exuberância das economias exportadoras.⁵ Nessas cidades, ampliavam-se os espaços dedicados à publicação, à circulação e à leitura de livros, jornais e revistas, em que se entrecruzavam os repertórios locais e universais.

A ARGENTINA NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX E A CULTURA NACIONAL COMO QUESTÃO

Na passagem do século XIX para o século XX, Buenos Aires conheceu um crescimento demográfico surpreendente, impulsionado, sobretudo, pela chegada de imigrantes europeus. A população quadruplicou-se

3 Ver, entre outros, GOMES, 1999; SOARES, 2006, p.239-254.

4 Cf. BOMENY, 2001. Embora a autora se valha da imagem das “afinidades eletivas”, emprestada de um romance de Goethe, para analisar o clima de colaboração que tendeu a prevalecer entre intelectuais, escritores e o governo Vargas – em particular, como se sabe, graças à gestão do Ministério da Educação por Gustavo Capanema, penso que pode ser fértil para analisar outros cenários políticos.

5 Ver ROMERO, 2004.

entre 1869 e 1914: de 3 milhões de habitantes, saltou para quase 8 milhões nesse período. Os fluxos imigratórios tinham grande responsabilidade nesse crescimento: em períodos de maior vigor econômico, as entradas superavam 200 mil por ano. Os estrangeiros, que em 1914 compunham 30,3% da população nacional, davam preferência às cidades, as quais concentravam, naquele momento, 53% dos habitantes do país – quadro, aliás, bem distinto do brasileiro.

Buenos Aires centralizava manifestações de dinâmicas sociais, culturais e econômicas que se introduziam no cenário nacional. A cidade modernizava-se: iluminava passeios públicos, via surgirem cafés, livrarias, teatros e logo cinemas, expandia-se na direção de bairros afastados, favorecidos pelas novas facilidades de transporte. Beneficiava-se da exportação de gêneros agrícolas (grãos, em especial) e pecuários, que aumentava em níveis extraordinários, ao mesmo tempo em que tinham sucesso iniciativas pioneiras no ramo industrial.

As transformações em curso não se davam sem a concorrência do Estado Nacional que, desde a segunda metade do século XIX, quando expoentes do movimento liberal se afirmaram na presidência do país, vinha buscando imprimir no tecido social orientações modernizantes. Como propôs Oscar Oszlak, fazia-se necessário legitimar o novo esquema de dominação política esboçado, cabendo à ideologia um papel complementar aos meios repressivos. Ideologia construtora de identidade nacional e, também, de consenso social em torno de uma ordem capitalista (Oszlak, 1997, p.151).

Em 1880, a chegada à presidência de Julio A. Roca – do recém-criado *Partido Autonomista Nacional* – confirmou uma era de prosperidade e de privilégios para as oligarquias argentinas. Proprietárias de fazendas, frigoríficos e indústrias, negociadoras, com capitais ingleses, de financiamentos para portos e estradas de ferro, as oligarquias assumiam ares patrícios diante da multidão estrangeira que inundava o país.

Em contrapartida, entre trabalhadores não raro com experiência sindical trazida do país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de labuta insalubres e exaustivas, surgiram focos de mobilização. Também, em meio às próprias camadas médias e a alguns setores da

elite tradicional, nasceu um novo partido, a *Unión Cívica*, com aspirações vagamente democráticas. Heterogêneo, o partido acabou dividido nas eleições de 1892. Da cisão surgiu a *Unión Cívica Radical*, que em 1916 chegaria à presidência do país com Hipólito Yrigoyen, graças à lei eleitoral que, quatro anos antes, instituíra o voto secreto e obrigatório.

Os anos de governo *radical* (1916-1930) abriram espaço político para setores populares *criollos* e filhos de imigrantes que queriam integrar-se à vida política nacional. Entrementes, continuava o fluxo de novas entradas populacionais: de 1921 a 1930, outros 878 000 estrangeiros vieram a se estabelecer no país. Embora o governo se empenhasse em transformar arrendatários em proprietários de terra, a população rural não cessou de decrescer, sobretudo graças às migrações internas. Em 1947, constituía 38% do total de habitantes do território nacional.

A marcada presença de imigrantes em diferentes regiões do país acarretou preocupações para escritores, intelectuais e políticos da Argentina das décadas de 1910 e 1920, no contexto das comemorações do Centenário da Independência do país e, nos anos que se seguiram, dos movimentos de vanguarda literária dos anos 1920. Vozes importantes nesse cenário levaram o problema ao âmbito das políticas educacionais, em uma Argentina onde, desde os anos 1860, a escola primária se tornara um vetor importante de ação do Estado sobre a sociedade, também como mecanismo de produção simbólica para a criação de unidade e de consenso social.

Em 1909, Ricardo Rojas, um dos dois dos mais destacados escritores envolvidos na construção de um ambiente cultural em que se focalizavam os problemas da nação, escreveu *La restauración nacionalista*, relatório sobre o ensino público argentino publicado pelo *Ministerio de Justicia e Instrucción Pública*, a pedido do Presidente da República José Figueroa Alacorta (1906-1910).⁶ Voltado em particular para o ensino da História, o relatório propunha, em linhas gerais, que as escolas passassem a

6 ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista: crítica de la educación argentina y bases para una reforma en el estudio de las humanidades modernas*. Buenos Aires: Peñahillo, s. d.

privilegiar o estudo do passado do próprio país, com vistas à formação ética e à construção de uma personalidade coletiva nacional.

Do mesmo modo, nesses mesmos anos, José María Ramos Mejía, pensador de inclinações positivistas, grande personagem do Conselho Nacional de Educação no período, encomendou ao colega Juan P. Ramos um relatório sobre o estado da educação na República. O relatório produzido também destacou o problema dos efeitos da grande imigração sobre os contornos nacionais e apontou o romance *Corazón*, de Edmondo de Amicis, como um dos “alimentos espirituais” que, em certas cidades, fomentavam sentimentos em relação a outras pátrias. Difundido pelas próprias escolas, *Corazón* inspiraria nas crianças argentinas de sangue italiano veneração profunda por Garibaldi, em lugar de figuras como Bernardino Rivadavia. *Corazón* terminou proibido por Ramos Mejía de circular nas escolas e mereceu, nos anos 1930, uma versão “argentinizada”, que substituíria as personagens, lugares e eventos relacionados com a Itália por referências nacionais.

De acordo com José Luís Beired, a preocupação com a nação também assumiu um lugar central entre os intelectuais do que o autor chamou de direita nacionalista autoritária, que ganhou corpo na Argentina da primeira metade do século XX. Seus representantes

(...) criticavam o cosmopolitismo e os imigrantes como agentes da dissolução do caráter nacional, atacavam o materialismo e o utilitarismo, defendiam as tradições hispânicas, reivindicavam a figura do gaúcho, dos caudilhos e do federalismo, e propunham a implantação de uma política nacionalista na Argentina (Beired, 1999, p.218-219).

Os intelectuais nacionalistas de direita pretenderam restaurar os elementos fundadores da nação, ameaçados pela modernização do país, pela chegada maciça de imigrantes e pela pressão democratizadora das massas junto às instâncias de poder. Suas proposições teóricas e políticas foram sendo formuladas, discutidas e difundidas ao longo de toda a primeira metade do século XX, e desempenharam papel importante nos regimes autoritários estabelecidos no país nas décadas de 1930 e 1940.

Revedo a fórmula de Domingo F. Sarmiento, predominante entre os governos liberais do século XIX, que exaltava os imigrantes e denunciava a barbárie em que estava imersa a população nativa, a geração do Centenário elegeu a figura do gaúcho como expressão da essência nacional. Sua exaltação expressava a busca romântica por manifestações culturais dos homens “rudes”, habitantes do campo, na crença de que eram depositários do *Volksgeist*, o espírito do “povo”.

Martín Fierro, de José Hernández, que narra o drama vivido por um habitante dos pampas ao ser recrutado para lutar contra os índios nas fronteiras, foi aclamado como grande realização literária – um poema épico, como postulou Leopoldo Lugones em *El payador*, obra publicada em 1916.

E é que o gaúcho influenciou de maneira decisiva a formação da nacionalidade. Primeiro, por ser como se diz o tipo próprio, o elemento diferencial e conciliador entre o espanhol e o índio, o habitante peculiar do novo país incorporado à civilização pela conquista (...) E aqui vem, logicamente, o segundo caso da influência gaúcha em nossa formação. Gaúchos foram, efetivamente, os soldados dos exércitos libertadores (...). O gaúcho pôs-se a defender contra a civilização transformadora aquele meio onde havia nascido e prosperava, compreendendo instintivamente, ou seja, como entendem os incultos, que sua existência dependia da estabilidade consuetudinária. Por isso esteve com os caudilhos cuja política pretendia manter os costumes da antiga colônia na república nominal.⁷

Os intelectuais nacionalistas apreciavam a liderança carismática exercida pelos tradicionais caudilhos argentinos, os quais seriam herdeiros, postulavam aqueles, da tradição autoritária e paternalista espanhola. Identificavam assim, na história, modelos políticos alternativos aos princípios regentes das instituições liberais. Principal responsável

7 LUGONES, Leopoldo. *El payador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991, p.38-39 (obra originalmente publicada em 1916).

pela mitificação do *Martín Fierro*, Lugones foi também quem anunciou a “hora da espada”, delineando o caminho político a ser perseguido pelos refratários à democracia, o qual se concretizou com o golpe militar que pôs fim ao segundo mandato de Hipólito Yrigoyen, da *Unión Cívica Radical*, em 1930.

Embora o golpe de 1930 tenha representado um desfecho extremo para o embate entre distintas concepções de nação em voga na Argentina nos anos precedentes, a preocupação com a afirmação dos contornos identitários nacionais teve lugar também em políticas públicas perpetradas pelos governos da *Unión Cívica Radical*.

A ENCUESTA LAINEZ

Em 1921, Juan P. Ramos concebeu a realização de um inquérito, conhecido como “Encuesta Láinez”, que levou os professores das escolas rurais criadas pela chamada Lei Láinez, de 1905, nas diferentes províncias da federação, a coletar testemunhos de idosos sobre as tradições folclóricas. O projeto esteve subordinado ao Conselho Nacional de Educação, então sob a presidência de Ángel Gallardo, órgão do qual Juan P. Ramos era *vocal*. No discurso de apresentação do projeto, o educador argumentou:

En efecto, nuestra tradición de raza, pues es sabido que España es la nación de Europa que tiene la más fecunda fuente de poesía popular, el Romancero, hace suponer que en ciertas regiones de la República, un investigador puede recoger los ecos del pasado que aún perduran en forma de tradiciones, cuentos, poesías, música popular, etc. Creo que el Consejo podría recoger, por intermedio de sus escuelas de la ley Láinez, todo el material disperso del folklore, de poesía y de música, que está en vías de desaparecer de nuestro país por el avance del cosmopolitismo (...).

Creo innecesario insistir en la importancia de esta compilación que aspira – hecha por primera vez en una forma tan vasta – a desentretñar

en el presente algunos de los recuerdos o tradiciones que nos ha dejado el pasado de nuestra nacionalidad. (...)

Esta obra debe interesar al patriotismo nacional y local de cada uno. En efecto, porque todos somos argentinos debemos aspirar a realizar una obra nacional, como es ésta que proyecto; pero, porque cada uno de nosotros vive en un pedazo de territorio de la patria, debe aspirar, también, a que la obra resalte con mayor realce su provincia natal, el centro de sus afecciones y cariños íntimos, el hogar de donde aprendió los cantos infantiles y populares.⁸

O Inquérito se realizaria por meio de um minucioso trabalho de recompilação por parte dos “maestros nacionales”, distribuídos em catorze províncias. Os professores e diretores das escolas Láinez, as quais cobriam todo o território nacional, eram os mediadores mais indicados para a realização desse trabalho. Nas palavras de Juan P. Ramos,

El maestro que presta servicios en las regiones del interior que conservan todavía intacta la noble tradición del pasado, el maestro que es el lazo de unión entre la cultura que se difunde por el constante esfuerzo de la civilización actual y el alma del pueblo que él está encargado de moldear para el porvenir, el maestro que sabe que la mayor parte de las poblaciones donde funcionan nuestras escuelas, él es uno de los elementos más prestigiosos y representativos (...), el maestro de escuela, en una palabra, que teniendo en cuenta esos antecedentes quiera contribuir a la obra común que el H. Consejo solicita, llevará a cabo un trabajo realmente interesante y contribuirá a formar, en la medida de su esfuerzo, la futura antología de nuestra literatura popular, hasta hoy desconocida y olvidada.⁹

8 RAMOS, Juan Pablo. *Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos*. Recopilación de literatura popular (Folklore Argentino). Comisión de Hacienda y Asuntos Legales. Marzo 1º, 1921. In: *Folklore argentino*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1921, p.3.

9 RAMOS, J. P. *Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos*, p.4-5.

Do ponto de vista prático, as escolas da lei 4874 que quisessem colaborar com a convocação do *Consejo Nacional de Educación* deveriam

recoger en la forma más ordenada y fiel el material que se indica más arriba y remitirá al inspector nacional de que dependa, antes del 1º. De agosto de 1921. Una vez reunidos y estudiados todos por el Consejo Nacional se discernirán los premios que se acuerden y se publicará una selección adecuada de los trabajos presentados que resulten realmente meritorios y encuadrados dentro del espíritu del presente concurso.¹⁰

Os responsáveis pelas cinco melhores recompilações seriam premiados com medalhas de ouro cunhadas especialmente para esse fim. Além disso, a participação no projeto contaria a favor da promoção profissional dos professores. Integravam o jurado que avaliaria os levantamentos enviados ao Conselho: Juan P. Ramos, *vocal* do CNE, Pablo A. Córdoba, secretário do CNE, Leopoldo Lugones, diretor da *Biblioteca Nacional de Maestros*, Luis M. Jordán, diretor do Museu Escolar “Sarmiento” e Enrique Bachs, editor do periódico *El Monitor de la Educación Común*, porta-voz das políticas educacionais na Argentina.

Embora os professores fossem as chaves centrais do projeto, outras pessoas estranhas às escolas, interessadas em colaborar, poderiam fazê-lo, desde que afinadas com o espírito do projeto. Que referências orientavam os participantes? O que era considerado popular, o que era considerado nacional?

La obra, como he dicho, para estar encuadrada en los deseos del Consejo Nacional de Educación, debe ser eminentemente popular, pero eminentemente nacional, también; esto es, no debe comprender ningún elemento que resulte exótico en nuestro suelo, como serían, por ejemplo, poesías y canciones contemporáneas nacidas en pueblos extranjeros y transplantadas recientemente a la República por el influjo de la inmigración. Es necesario que el material que se recoja sea ante de todo

10 RAMOS, J.P. *Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos*, p.5.

antiguo, de nuestra misma lengua, o también de lenguas indígenas. Por eso, cabe en esa antología el romance español que haya sido introducido en el país durante la conquista y coloniaje, porque después de tres siglos de existencia en la memoria popular, ha adquirido entre nosotros derecho a ser considerado como nacional, por antecedentes de la raza y por la razón de que puede haber sido modificado en nuestro medio, modificaciones que casualmente, constituirían una de las más ventajosas resultantes de esta investigación, porque serían provechosísimas en el estudio de la poesía popular evolutiva comparada.¹¹

Quatro anos mais tarde, ao publicar-se o primeiro tomo do Catálogo da *Colección Folklore*, em 1925, Manuel de Ugarriza Aráoz, secretário do jurado do concurso, fez as seguintes considerações em sua introdução “Antecedentes relativos al origen de esta colección”, a respeito dos critérios de inclusão e exclusão:

Volviendo a la recopilación hecha por el Consejo, conviene notar dos observaciones. Las bases del concurso, al establecer que el material a recogerse debía ser vernáculo, antiguo, oral, anónimo e inédito, eliminaron tres fuentes folklóricas, a saber: las tradiciones conservadas en los archivos (...), la producción rural contemporánea y toda la producción cosmopolita. El criterio unilateral seguido, que hizo desdeñar por híbrida la producción de las ciudades – reflejo de los afanes de hombres de diverso origen y fruto de tantos factores que obran en una época conturbada por la transformación casi brusca de los conceptos y valores sociales –, ha de privar a los folkloristas del futuro que investiguen estos legajos de un elemento precioso para el estudio de la formación del carácter argentino.¹²

11 RAMOS, J.P. *Proyecto del vocal del Consejo Nacional de Educación Dr. Juan P. Ramos*, p.5.

12 DE UGARRIZA ARÁOZ, Manuel. Antecedentes relativos al origen de esta colección. In: *Instituto de Literatura Argentina, Catálogo de la Colección Folklore*, Tomo I. Buenos Aires: Imprenta de la UBA, 1925, p.XVIII-XIX.

Juan P. Ramos e Pablo A. Córdoba admitiam que sua concepção de “folklore argentino” se valeria de adaptar classificações já vulgarizadas, fruto de estudos e experiências realizados em outros países. A concepção serviu de base para as instruções contidas no folheto “Folklore Argentino”, que se fez imprimir em boa quantidade, conforme Resolução do CNE de 18 de abril de 1921.

De acordo com Manuel de Ugarriza Aráoz, os professores receberam as instruções e começaram a trabalhar. A receptividade teria sido tanta que os professores solicitaram ao CNE a prorrogação de prazo, concedida afinal para 15 de novembro de 1921, e orientações acerca da classificação das músicas, já que a categoria não estava prevista. Outras categorias demarcavam os campos em que os relatos deveriam ser registrados.

El resultado obtenido constituye um verdadeiro éxito de la iniciativa. Em los libros de entradas se registraron alrededor de três mil setecientos legajos, correspondiendo uno o varios de ellos a cada recompilador, según haya sido la capacidade de trabajo y el entusiasmo puesto en la tarea. Los docentes de las escuelas rurales han acrecentado el mérito de su noble ministerio con esta labor que al proporcionar el más rico caudal de tradiciones atesorado hasta hoy (...).¹³

Ricardo Rojas, entretanto, Diretor do Instituto de Letras da Universidade de Buenos Aires, responsável pela organização do acervo documental da *Collección Folklore* enquanto esse esteve sob a guarda da instituição, também chamou a atenção para as variações, pois os professores nem sempre seguiram à risca as orientações dadas pelo *Consejo*, em virtude dos distintos repertórios de cada província e diferentes níveis de preparo e dedicação dos corresponsais. Os resultados da pesquisa foram posteriormente publicados em tomos por província, com uma síntese dos resultados. Como dissemos, Ricardo Rojas desempenhou um papel central nesse processo.

13 DE UGARRIZA ARÁOZ, M. Antecedentes relativos al origen de esta colección, p.XIX.

Em 1923, havia sido criado o Instituto de Literatura Argentina, ligado à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Decano da Faculdade, Rojas assumiu a direção do instituto e obteve do CNE, sob a direção de Jorge A. Boero e a secretaria de Victor T. Guillot, a doação do acervo resultante da Encuesta Láinez. A documentação seria a base do fundo pertencente ao recém-fundado Instituto de Literatura Argentina. O CNE também atribuiu à Faculdade a missão de analisar e premiar os professores/compiladores cujos trabalhos de destacassem.

Em vista da abundância do material e das dificuldades para ordená-lo, Ricardo Rojas optou pelos seguintes critérios, com vistas à preparação de um catálogo da coleção:

(...) 1º. un folleto para cada provincia, empezando por las regiones del norte; 2º. un capítulo aparte para cada legajo, bajo el nombre de su remitente, siguiendo el orden alfabético; y, 3º, el enunciado de las diferentes piezas contenidas en cada legajo, conservándose las indicaciones de procedencia y nomenclatura tal como aparecen en el original (...) por una parte, se mantiene la colección en su forma originaria, con la unidad de sus legajos por cada corresponsal, respetando el punto de vista de la conciencia federal; con la unidad de las series por provincia, respetando el punto de vista de la conciencia federal; y, por otra parte, permitirá atender a los temas en sí mismos...¹⁴

Do acervo fazem parte as narrativas recompostas e reunidas pelos professores, oriundas de moradores da região, alunos, pais ou integrantes de sua família. Há indicação do nome e da idade do depoente, discriminando-se, também, se o relato era de seu conhecimento exclusivo ou partilhado com outras pessoas. Os “recompiladores”, porém, também registraram com frequência opiniões próprias, comentários ou críticas sobre o material recolhido. Não raro, transcreveram canções,

14 ROJAS, Ricardo. Advertencia. In: *Instituto de Literatura Argentina, Catálogo de la Collección Folklore*, p.VIII-IX. Alguns professores realizaram mais de um envio ao inspetor das escolas da região, por vezes com cópia para a Nação, pois foram completando o trabalho em etapas.

poemas ou excertos de textos impressos, mesmo de revistas como a conhecida *El Hogar*. Talvez, porque os professores os julgassem mais verossímeis do que relatos orais. De toda forma, fontes letradas entrelaçavam-se com os conteúdos orais narrados aos responsáveis pelo inquérito.

As temáticas reportavam ao mundo rural, às comidas, às festas, ao ambiente das *pulperías*, às crendices e a personagens como o general Bartolomeu Urquiza, “caudilho” de Entre Rios que enfrentou Rosas e os liberais portenhos. No acervo, Ricardo Rojas separou-as nas seguintes categorias:

Creencias, supersticiones relativas a plantas y árboles, animales, las faenas rurales, el juego, las cosas finales (muerte, juicio final...); creencias sobre duendes, espíritus y fantasmas, brujerías, curanderismo, anécdotas, adivinanzas...

Arte – poesías, cuentos, fábulas... Costumbres – juegos populares, infantiles, de sociedad, militares; fiestas populares y religiosas.¹⁵

A chamada Encuesta Láinez idealizada por Juan P. Ramos buscou capturar e fixar os contornos da nacionalidade, nos marcos do ambiente cultural e política que ganhou corpo nos anos de celebração do Centenário da independência. Perseguiu o objetivo de conhecer, classificar e difundir a cultura popular nativa, transformando-a em cultura nacional. Fundou-se sobre uma concepção literária, linguística e de política cultural associada a Ricardo Rojas e seu círculo de filólogos hispanistas, como Amado Alonso e Leopoldo Lugones. E correspondeu às preocupações em voga entre intelectuais, educadores e políticos das primeiras décadas do século XX, que encontraram na incorporação simbólica dos setores populares rurais à imagem da nação um esteio importante para enfrentar as tensões e as incertezas da modernidade cultural e política.

15 MIGUEL; BIAGGI; ENRICO; ROMÁN, p.119.

O BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX E A CULTURA NACIONAL COMO QUESTÃO

Também o Brasil das primeiras décadas do século XX passava por transformações que ensejavam debates e representações sobre o tema da cultura nacional e suas raízes populares. A população urbana se adensava, embora, ao contrário da Argentina, estivesse longe de ultrapassar a rural. Em 1940, 68,6% dos habitantes do país viviam no campo e, em 1950, 63,8%.

Situadas na próspera e poderosa região Sudeste do país – que em 1920 tinha o dobro da densidade demográfica do Nordeste –, Rio de Janeiro e São Paulo vivenciavam sua *Belle Époque*. O Rio, cartão postal da jovem República, capital federal até 1960, mereceu reforma urbanística espelhada na de Paris. Em 1906, era a única cidade do país com mais de 500 mil habitantes, crescendo a passos largos com a chegada de escravos libertos egressos da zona rural e de imigrantes. Em 1939, contava com 1.896.998 de pessoas.

O número de imigrantes vindos para o Brasil na passagem do século XIX ao XX foi inferior ao número dos que foram para a Argentina. Entre 1881 e 1915, lá chegaram 4,2 milhões de pessoas e, aqui, 2,9 milhões (Klein, 1999, p.25). Entre 1887 e 1930, o saldo foi de 3,8 milhões de estrangeiros imigrados para cá, com predomínio de italianos (35,5% do total), portugueses (29%) e espanhóis (14,6%).

Como fizera com Buenos Aires, a imigração contribuiu para mudar a atmosfera da provinciana São Paulo de até meados do XIX. Dinamizada pela cafeicultura, a cidade, em 1872 com 19.347 habitantes, já reunia 270 mil em 1908, 578 mil em 1920 e praticamente o dobro disso em 1934. Em 1945, a população estava na casa dos 1.650.000. Atraídos pelas oportunidades no comércio e na indústria, novos moradores chegavam de outras regiões do país e do mundo, redesenhando a cidade e seu cotidiano. Construções em plurais estilos importados substituíam os antigos casebres e casarões, num “carnaval arquitetônico” que incomodou Monteiro Lobato.¹⁶

16 Cf. SEVCENKO, 1992, p.118.

Sinais de modernidade, afinados com os tempos republicanos, mas plantados num cenário rico em discrepâncias. A se começar pelo regime político que caracterizou, como se sabe, a chamada República Velha (1889-1930), que excluiu do direito à cidadania política boa parte da população.

Entretanto, ao longo dos anos 1910 e 1920, na medida em que proliferavam, sobretudo entre os novos setores médios urbanos, as manifestações de insatisfação com a ordem oligárquica, o tema do analfabetismo foi se colocando como questão premente dos projetos de modernização da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, em diversos estados do país, buscaram-se organizar sistemas educacionais públicos, com vistas a universalizar e redefinir os sentidos da escolarização primária.

A preocupação com o “atraso” e a “ignorância” ganhou cores na pena do escritor paulista Monteiro Lobato, fazendo repercutir posições em boa medida compartilhadas por “liberais ilustrados” congregados em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*. “A velha praga”, artigo publicado por esse jornal em 12 de novembro de 1914, inaugurou a participação do escritor no debate público sobre as possibilidades e os problemas brasileiros.¹⁷ No artigo, criticava técnicas predatórias de plantio usuais entre os caipiras, o desenraizamento das elites – mais consternadas com a Guerra na Europa do que com as mazelas nacionais –, as elocubrações ufanistas. Suas perspectivas encontraram expressão e extraordinária repercussão em “Urupês”, publicado cerca de um mês depois.

Se o olhar voltado aos problemas nacionais levou Monteiro Lobato a conceber a personagem do Jeca Tatu, ignorante e preguiçosa – que pouco depois reformulou atribuindo a conduta do caipira ao peso da doença e da miséria, e não mais a um dado “racial” – por outro, o escritor deu vazão à sua “fome” de Brasil, na expressão de Mario de Andrade, fonte da epígrafe deste trabalho, ao buscar matéria e inspiração na cultura popular.¹⁸

17 Conhecido, Lobato foi acolhido como colaborador de diferentes jornais, entre eles o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro e, de maneira assídua, o *Estado de S. Paulo*.

18 Ver *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. São Paulo: Global, 2010.

O INQUÉRITO DO SACI

Em 1916, estabelecido em São Paulo, Lobato chocou-se com as esculturas de anõezinhos à alemã que decoravam o Jardim da Luz. Publicou na ocasião um artigo na *Revista do Brasil*, denunciando o nosso desenraizamento cultural e o hábito brasileiro de imitar o modelo europeu. Em janeiro de 1917 defendeu o mesmo ponto de vista nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, em “A criação do estilo”, onde sugeria que se incorporassem elementos do folclore brasileiro nos cursos de arte. Em lugar dos faunos, sátiros e bacantes de origem europeia, Marabá, caiporas, boitatás...¹⁹

O escritor conclamou os artistas da terra a realizar “nosso 7 de setembro estético”, do qual o saci, “satirozinho de grande pitoresco que ainda não penetrou nos domínios da arte, embora já se cristalizasse na alma popular, estilizado ao sabor da imaginativa popular”, serviria como emblema.²⁰

No dia 28 de janeiro de 1917, Lobato lançou no “Estadinho”, edição vespertina, de *O Estado de S. Paulo*, sob o título de Mitologia Brasília, uma série de artigos em que convidada todos a colaborar com informações sobre aquele duende genuinamente nacional, cuja denominação derivava da corruptela do nome tupi-guarani, *Çaa cy perereg*. Lobato utilizou técnicas modernas de coletas de dados, até então inéditas entre estudiosos do folclore. Pioneiramente, valeu-se do questionário como estratégia metodológica para levantar, organizar e tornar objeto de análise manifestações culturais de uma população numerosa e anônima.

O êxito foi absoluto. Incontáveis depoimentos chegaram de diferentes regiões do Brasil – Minas Gerais, Rio de Janeiro e, especialmente, o interior paulista. O jornal os publicou em partes.

Seu conteúdo e sua forma variavam, mas tinham em comum a origem do mito, que emergia de relatos de ex-escravos que trabalhavam em fazendas ou em pequenas propriedades agrícolas. Brejeiro e cheio de

19 LOBATO, Monteiro. A criação do estilo. *Estado de São Paulo* (São Paulo), p.5, 6 de jan. 1917.

20 LOBATO, Monteiro. A criação do estilo. *Estado de São Paulo* (São Paulo), p.5, 6 de jan. 1917.

artifícios, o saci gostava de praticar diabruras. Disparava cavalos à noite, gorava ninhadas, beber o vinho dos barris, fumar o pito das negras velhas... Em dias de ventania, era possível aprisioná-lo em uma peneira no meio do redemoinho. Com o tempo, o gorro vermelho substituiu os chifres e o rabo foi desaparecendo das representações. Era negro com uma perna só, ou duas pernas com calcanhar voltado para trás, para despistar, com as pegadas invertidas, quem quisesse segui-lo.

No mesmo ano de 1917, o jornal conclamou artistas plásticos a desenvolverem trabalhos inspirados no saci para um concurso. Algumas dessas imagens vieram a compor o livro *O Sacy-Perêrê*. Resultado de um inquerito.

Com cerca de trezentas páginas, a obra trazia uma antologia de depoimentos alheios, ilustrações e anúncios – especialmente desenhados por Voltolino para que Monteiro Lobato financiasse a edição – 2 mil exemplares foram inicialmente impressos na gráfica do jornal *O Estado de S. Paulo*. O lançamento teve lugar em princípios de 1918, em meio às notícias dramáticas que chegavam da Guerra na Europa, como sublinhou Lobato em seu “Introito”. O saci surgia para “com suas travessuras aliviar-nos do pesadelo” e desviar “a nossa atenção para quadro mais ameno que o trucidar dos povos”.²¹ O argumento anunciava o tom irônico e brincalhão do texto de apresentação da obra.

Gracejos à parte, a crise da civilização europeia, como hoje se tem constatado em importantes estudos sobre o período, gradualmente abriu caminho para a desilusão dos homens de letras e artes latino-americanos com o Velho Mundo e para a busca de temas locais e formas “originais” de expressão. Nas palavras do escritor, quando da convocação para o Inquerito, em texto incorporado ao livro:

21 LOBATO, Monteiro. *O Sacy-Perêrê*. Resultado de um inquerito. São Paulo: Seção de Obras de O Estado de S. Paulo, 1918, p.9 (ver edição fac-similar de 1998, lançada pela Fundação Banco do Brasil e Odebrecht). Sobre o impacto da I Guerra Mundial sobre a imagem da Europa, aos olhos dos intelectuais na América Latina como berço da civilização e sobre o crescente movimento de busca por repertórios e formas autóctones ver COMPAGNON, 2013.

(...) Todos os povos, do Inoito da Groelândia ao Thuareg berbere, do inglês ao chim, vivem com um pé na realidade e outro no sonho. Por força de uma necessidade incoercível eles se criam um ambiente fantástico de concepções suprasensíveis para repouso do prosaísmo diário. Verdadeiro oásis onde a ânsia vaga d'algo melhor põe tudo quanto o homem não encontra no deserto da vida, mas de que necessita para o equilíbrio rítmico de sua alma. Assim a Grécia, para tomar um exemplo dentre mil, viu a imaginação dos seus filhos, povoar os bosques de faunos e sátiros caprides, (...): e essa mitologia de criação puramente popular foi a contribuição máxima que ao mundo legou a gente helênica.

Seus rapsodos como seus escultores nada mais fizeram senão fixar no poema ou no mármore as credices que o marinheiro velho, tanada de sol, transmitia ao adolescente embarcação de primeira viagem (...). Reside o segredo de sua persistência séculos em fora na extrema beleza das formas sob as quais o artista grego a consolidou.

Disto se conclui que o povo é o grande criador, e que o artista tem por missão operar como instrumento estético por meio do qual o povo dá corpo definitivo e harmônico aos seus ingênuos esboços. (...)

Procedamos assim. A fonte de água pura é uma só, e a mesma, na Grécia, em França, na Rússia e no Brasil: o povo. (...)

Das nossas criações populares a mais original é o Sacy-pêrêrê. Vem do autóctone que lhe deu o nome atual, corruptela de 'Ça cy perereg'. (...) Sofreu o influxo do africano, passando de caboclinho a molecote. Modificou-se por injunção da física portuguesa. O mestiço meteu nele muita coisa de seu.

Acabará ainda sofrendo a influência do italiano, talvez... E dest'arte, sempre vivo, evoluindo sempre, o Sacy que povoou de sonhos a filha-rada de Tomé de Souza chegou até nós; e apesar do automóvel e do Sr. Vicente Rosatti, inda convive com as nossas crianças nas cidades, e com o sertanejo na roça. (...)

Esta persistência denota que o duendezinho representa uma necessidade psicológica, talvez a de explicar inúmeros fenômenos cujas causas naturais escapam à compreensão do homem inculto.

Filho da imaginação coletiva o Sacy é uma resultante física do nosso povo. E digno de estudo como todas as suas outras manifestações originais.

Estudemo-lo, pois.

Aos frívolos parecerá frívolo, e até pilhérico, dar atenção ao Sacy, e consagrar a esse moleque um tempo precioso que podia ser consumido em dissertações sobre o caso Dantas-Borba. (...)

Façamos nós outros arte sadia, e façamos ciência sem o perceber.

O 'Estadinho' abre suas colunas para esta investigação e pede ao leitor um depoimento honesto:

1º.) sobre a sua concepção pessoal do Sacy; como a recebeu na sua infância; de quem a recebeu; que papel representou tal credice na sua vida, etc.

2º.) qual a forma atual da credice na zona em que reside;

3º.) que histórias e casos interessantes, 'passados ou ouvidos' sabe a respeito do Sacy.

L.²²

Cinco anos antes da *Encuesta* folclórica argentina, Monteiro Lobato apoiou-se nas modernas estratégias para capturar e sistematizar elementos do mundo cultural para colocar em evidência, por meio de um dos mais tradicionais e prestigiados jornais das elites ilustradas paulistas, um Brasil profundo e popular que se perdia na névoa do desinteresse dos intelectuais ainda muito afrancesados e da marcha da modernização. Escravos emancipados pela Lei Áurea e seus descendentes dispersavam-se em rincões rurais distantes, onde houvesse espaço para uma pequena lavoura, na faina das fazendas ou nas bordas

22 LOBATO, Monteiro. *O Sacy-perêrê*. Resultado de um inquerito, p.18-22. Transcrevo passagens do texto adaptando-as às normas ortográficas atuais, a não ser, pelo jogo etimológico que o autor realiza, no caso da palavra "sacy".

das cidades que cresciam. Antes que sucumbissem à exclusão social e econômica, seu legado cultural merecia ser conhecido e fixado, pois aí viveria uma certa brasilidade que começava a ganhar valor aos olhos de artistas e literatos.

Na Argentina, as comemorações em torno do Centenário da independência haviam chamado a atenção para o impacto de grande onda imigratória, que trouxera consigo repertórios culturais e linguísticos alheios à história pregressa daquele país. Mais da metade da população nacional já não vivia no campo a partir de 1914, e os centros urbanos não cessaram de aumentar. Apelar à memória dos anciãos dos povoados rurais, em busca de um caldo de lendas, credices, versos e narrativas que se esvaneciam, servia a propósitos de um Estado empenhado em reconstituir e em reafirmar os contornos da nacionalidade.

No Brasil, a atuação do Estado com vistas à incorporação de manifestações da cultura popular às representações culturais e políticas da nação, ganharia espaço nos anos 1930, com Getúlio Vargas e sua qualificada *entourage*. Mas o horizonte já havia sido desenhado, por iniciativas diversas, férteis e criativas dentre as quais, a de Monteiro Lobato.

A prática dos Inquérios difundiu-se, servindo a políticas que se voltavam a intervir em sociedades em que já se sentia o peso das massas. Inquéritos sobre preferências de leitura, por exemplo, embasaram a criação de bibliotecas e o trabalho de professores. Mas o Inquérito do saci, assim como a *Encuesta Láinez*, não se prestavam a projetos de intervenção mais imediata. Destinavam-se, sim, a conservar a cultura popular do campo, em tempos de grandes transformações, e colocá-la ao alcance dos letrados e artistas fixados nas cidades, que incorporavam ao imaginário as raízes já remotas da nação.

Pois como observou Marisa Lajolo em texto sobre o episódio do *Sítio do Picapau Amarelo* – grande obra de Lobato para o público infantil que, naturalmente, assimilou a personagem do saci pererê – no qual tia Nastácia narra a Pedrinho, Narizinho e D. Benta contos da tradição oral, sob protestos e ironias do público:

É quase como se pudéssemos dizer que, no Brasil dos anos 30 que se queria moderno, só restava a Tia Nastácia o papel de ‘informante’, de fornecedora de histórias das quais as outras personagens lobatianas se apropriavam como antropólogo em viagem de campo, garimpando alteridades e exotismos que, retrabalhados, passam a constituir tanto objeto da ciência (o folclore) quanto objetos de alta valorização estética (a obra modernista), em nenhum dos dois casos retornando o produto a seus sujeitos de origem. (Lajolo, 1999, p.76-77).

Que lugar podia haver no mundo do Sítio e no mundo moderno para personagens como tia Nastácia e sua “tradição oral”? Para Lajolo, sem a nostalgia ou a idealização do popular que marcou a sua apropriação por tantas criações modernistas no Brasil da época, Lobato explicitava as tensões que essa apropriação engendrava e as incompatibilidades presentes entre o universo da cultura letrada e as fontes culturais populares que lhe serviam de inspiração.²³ O lugar de Tia Nastácia no Sítio seguia sendo, afinal, a cozinha.

A biblioteca de D. Benta, esta sim, abria janelas para os mundos revelados pela cultura letrada e guardava as chaves de transformação desse país “tão água-choca”, que mais possibilidades teria, como expressou Lobato em carta ao amigo Godofredo Rangel, “se houvesse mais compreensão, mais cultura universal, mais ciência...”²⁴

Da mesma forma, as escolas Láinez espalhadas pelas províncias argentinas, cujos professores foram conclamados a aplicar o questionário sobre o patrimônio folclórico passado de boca em boca há gerações, estavam empenhadas em assegurar que seus jovens alunos incorporassem as letras e os repertórios escolares como ferramentas culturais por excelência para adequarem-se aos novos tempos.

23 Ver LOBATO, Monteiro. *Histórias de Tia Nastácia*. São Paulo: Brasiliense, s. d., p.124.

24 Carta de 3 de dez. 1931. In: LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.492.

AGRADECIMENTOS

A Ariel de la Fuente, quem, anos atrás, chamou a minha atenção para o precioso acervo da “Collección de Folklore de la Encuesta Docente”, em Buenos Aires, e a meu aluno de Mestrado, Vitor Hugo da Silva Néia, que tem avançado no trabalho com parte dessas fontes. Ao CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York: Verso, 1989.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BEIRED, José Luis. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- COMPAGNON, Olivier. *L'adieu à l'Europe. L'Amérique Latine et la Grande Guerre. Argentine et Brésil, 1914-1939*. Paris: Fayard, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.13-31.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Editora 34, 2000.
- LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. In: LOPES, E. M.; GOUVÊA, M. C. (Orgs.). *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.65-82.
- MIGUEL, Adriana de; BIAGGI, María L.; ENRICO, Juliana; ROMÁN, Mario S. Normalismo, cultura letrada y resistencia de la oralidad en la historia de la lectura y la escritura en Argentina. *Ciencia, docencia y tecnología*, n. 34, p.97-127, 2007.
- OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino: orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

- ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EDUSP; Iluminuras; FAPESP, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX. *Projeto História*, vol. 32, p.239-254, jun. 2006.
- ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura. Emancipação do discurso*, vol. 2. São Paulo: Memorial da América Latina; Campinas: Unicamp, 1995. p.489-534.